

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
THAMIRES NAYARA SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADORES)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
THAMIRES NAYARA SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADORES)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L755	<p>Linguística, letras e artes e as novas perspectivas dos saberes científicos [recurso eletrônico] / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-046-9 DOI 10.22533/at.ed.469202505</p> <p>1. Letras. 2. Linguística. 3. Artes. I. Sousa, Ivan Vale de. CDD 410</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Linguística, Letras e Artes e Novas Perspectivas dos Saberes Científicos, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Letras e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Realizando um levantamento histórico em relação aos cursos de Letras e os seus estabelecimentos nas terras brasileiras, temos **OS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA E OS MONUMENTA ANCHIETANA: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**, de Leonardo Ferreira Kaltner. Ainda na órbita da Linguística, temos **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POSSIBILIDADE DE ESTIMULAR MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS DE DISCENTES PARA EVENTOS DE LETRAMENTO**, de Ewerton Lucas de Mélo Marques e Maria Auxiliadora Bezerra, e **LÍNGUA-ESTRUTURA E LÍNGUA-ACONTECIMENTO: UM OLHAR SOBRE O TÓPICO “GRAMÁTICA/DISCURSO” DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA**, de Fabiane Aparecida Pereira, que problematizam a questão do estágio supervisionado e a proposta curricular de Santa Catarina, respectivamente.

A TUPINOLOGIA E SEUS CRÍTICOS, de Eduardo de Almeida Navarro, **UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE FATORES INDIVIDUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**, de Rodrigo Schaefer, e **SABERES LOCAIS E O TEXTO MULTIMODAL: PRÁTICAS DE TRANSLIETRAMENTOS NA FRONTEIRA**, de Adriane Elisa Glasser e Maria Elena Pires Santos, fecham a etapa de estudos linguísticos com contribuições sobre a língua tupi, o processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e o translietramento.

A seção de Literatura congrega **O CONTO PERDIDO EM VASTAS EMOÇÕES E PENSAMENTOS IMPERFEITOS, DE RUBEM FONSECA**, de Lucio Flavio Rocha Junior, e **QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA – A ESCRITA DE SI EM CAROLINA MARIA DE JESUS**, de Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos e Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, que possibilitam leituras e análises sobre a literatura de Rubem Fonseca e de Carolina Maria de Jesus.

Alcançando as Artes, temos **A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM A ARTE COMO DISCIPLINA**, de Margareth Carli, que trata da disciplina e do ensino de artes, e, igualmente contemplando o ensino das artes, agora destacando a importância da pintura para a história da arte brasileira, **A PINTURA DE RETRATO NA SOCIEDADE PAULISTANA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL**, de Débora Elise de Almeida. **PALAVRAS E EXPRESSÕES INDÍGENAS EM TOADAS DE BOI BUMBÁ**, de Maria Celeste de Souza Cardoso, partilha a cultura indígena por meio das toadas. Semiótica e música é o enfoque de **ICONICIDADE E INDICIALIADE NA MÚSICA ELETROACÚSTICA**, de Fábio Scucuglia. A dança e a realidade escolar são abordadas por **MOVER E**

APRENDER: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO NA ROTINA ESCOLAR, por Amanda da Silva Pinto.

A META-HISTÓRIA COMO MÉTODO NARRATIVO APLICADO ÀS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE IBERÊ CAMARGO NA SÉRIE CARRETÉIS, de Mirian Martins Finger e Jorge Luiz da Cunha, e **FILME “PANTERA NEGRA”: A REPRESENTAÇÃO POSITIVA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO CINEMA COMO AÇÃO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**, de Andressa Queiroz da Silva e Maurício dos Santos Lopes Júnior, focalizam as séries e os filmes, o primeiro movido pelo diálogo entre literatura, história e arte, o segundo com negritude e promoção de igualdades.

Finalizando, temos **CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA PELA CRIANÇA**, por Talita Emanuella Ferreira Citó, Andreza Maciel Mesquita e Priscila Barros de Freitas, e **A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL ATRELADA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS**, por Fabrícia Cristina Paes Pinheiro, Manuela Gomes Maués, Renan Pinheiro Silva, Tatiane Tavares de Oliveira, Felipe Edward Maciel Santos, Kelly Lima Bentes, Roberto Miranda Cardoso, Alessandro Monteiro Rocha, Pedro Paulo Lima Ferreira e Emerson Ferreira Pantoja. O primeiro aborda a Psicopedagogia e o ensino, enquanto o segundo traz a interpretação de texto como meio eficaz para o ensino de matemática.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA E OS <i>MONUMENTA ANCHIETANA</i> : UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
Leonardo Ferreira Kaltner	
DOI 10.22533/at.ed.4692025051	
CAPÍTULO 2	17
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POSSIBILIDADE DE ESTIMULAR MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS DE DISCENTES PARA EVENTOS DE LETRAMENTO	
Ewerton Lucas de Mélo Marques Maria Auxiliadora Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4692025052	
CAPÍTULO 3	27
LÍNGUA-ESTRUTURA E LÍNGUA-ACONTECIMENTO: UM OLHAR SOBRE O TÓPICO “GRAMÁTICA/ DISCURSO” DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA	
Fabiane Aparecida Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.4692025053	
CAPÍTULO 4	37
A TUPINOLOGIA E SEUS CRÍTICOS	
Eduardo de Almeida Navarro	
DOI 10.22533/at.ed.4692025054	
CAPÍTULO 5	51
UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE FATORES INDIVIDUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	
Rodrigo Schaefer	
DOI 10.22533/at.ed.4692025055	
CAPÍTULO 6	64
SABERES LOCAIS E O TEXTO MULTIMODAL: PRÁTICAS DE TRANSLETRAMENTOS NA FRONTEIRA	
Adriane Elisa Glasser Maria Elena Pires Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4692025056	
CAPÍTULO 7	73
O CONTO PERDIDO EM VASTAS EMOÇÕES E PENSAMENTOS IMPERFEITOS, DE RUBEM FONSECA	
Lucio Flavio Rocha Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4692025057	
CAPÍTULO 8	80
QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA - A ESCRITA DE SI EM CAROLINA MARIA DE JESUS	
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.4692025058	

CAPÍTULO 9	91
A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM A ARTE COMO DISCIPLINA	
Margareth Carli	
DOI 10.22533/at.ed.4692025059	
CAPÍTULO 10	103
A PINTURA DE RETRATO NA SOCIEDADE PAULISTANA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL	
Débora Elise de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46920250510	
CAPÍTULO 11	116
PALAVRAS E EXPRESSÕES INDÍGENAS EM TOADAS DE BOI BUMBÁ	
Maria Celeste de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.46920250511	
CAPÍTULO 12	128
ICONICIDADE E INDICIALIDADE NA MÚSICA ELETROACÚSTICA	
Fábio Scucuglia	
DOI 10.22533/at.ed.46920250512	
CAPÍTULO 13	139
MOVER E APRENDER: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO NA ROTINA ESCOLAR	
Amanda da Silva Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.46920250513	
CAPÍTULO 14	151
A META-HISTÓRIA COMO MÉTODO NARRATIVO APLICADO ÀS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE IBERÊ CAMARGO NA SÉRIE CARRETÉIS	
Mirian Martins Finger	
Jorge Luiz da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.46920250514	
CAPÍTULO 15	161
FILME “PANTERA NEGRA”: A REPRESENTAÇÃO POSITIVA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO CINEMA COMO AÇÃO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
Andressa Queiroz da Silva	
Mauricio dos Santos Lopes Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46920250515	
CAPÍTULO 16	173
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA PELA CRIANÇA	
Talita Emanuella Ferreira Citó	
Andreza Maciel Mesquita	
Priscila Barros de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.46920250516	

CAPÍTULO 17 180

A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL ATRELADA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Fabírcia Cristina Paes Pinheiro

Manuela Gomes Maués

Renan Pinheiro Silva

Tatiane Tavares de Oliveira

Felipe Edward Maciel Santos

Kelly Lima Bentes

Roberto Miranda Cardoso

Alessandro Monteiro Rocha

Pedro Paulo Lima Ferreira

Emerson Ferreira Pantoja

DOI 10.22533/at.ed.46920250517

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 192

ÍNDICE REMISSIVO 193

A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM A ARTE COMO DISCIPLINA

Data de aceite: 08/05/2020

Margareth Carli

Mestranda no Curso Ciências de la Educación, da Universidad Autónoma de Asunción, Asunción, Paraguay, margarethcarli@yahoo.com.br.

RESUMO: Este artigo está relacionado à trajetória do ensino da Arte no Brasil, objetivando esclarecer o contexto histórico brasileiro e as leis que determinam a Arte como disciplina. A pesquisa evidencia o ensino da Arte e as características desta trajetória a partir da instituição da Arte como área do conhecimento obrigatória na educação básica, conforme disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Arte e a na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). A relevância dessa pesquisa encontra-se no fato de que o reconhecimento da Arte como disciplina concretiza uma prática educacional humanizadora. Logo, a Arte mostra sua real importância na educação escolar, pois sua função é indispensável na vida de qualquer indivíduo, o que a torna um dos fatores essenciais de socialização.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino da Arte. História. Diretrizes. Disciplina. Educação.

THE HISTORY OF ART TEACHING IN BRAZIL AND THE BASIC PRINCIPLES THAT GOVERN ART AS A DISCIPLINE

ABSTRACT: This article is related to the trajectory of Art teaching in Brazil, aiming to clarify the Brazilian historical context and the laws that determine Art as a discipline. The research highlights the teaching of Art and the characteristics of this trajectory from the institution of Art as an area of compulsory knowledge in basic education, as provided in the National Curriculum Parameters for Art Teaching and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBN). The relevance of this research lies in the fact that the recognition of Art as a discipline materializes a humanizing educational practice. Thus, Art shows its real importance in school education, because its function is indispensable in the life of any individual, which makes it one of the essential factors of socialization.

KEYWORDS: Art Teaching. Story. Guidelines Subject. Education.

INTRODUÇÃO

Conhecer a história do ensino da Arte no Brasil é o princípio básico para entender sua trajetória, visto que esse movimento se faz presente desde início da humanidade.

No decorrer dos séculos, a Arte independente da forma de expressão, revela as características da sociedade e sua evolução.

O ensino da Arte no Brasil passou por muitas mudanças ao longo de sua história, as quais perduram até a contemporaneidade. Referidas mudanças ocorreram para renovar a educação no contexto brasileiro, e conseqüentemente, o ensino da Arte também. O princípio fundamental nessa trajetória é que a Arte seja reconhecida como disciplina, pois a partir desse entendimento será reconhecido a Arte como conhecimento.

Seguindo tais pressupostos, serão apresentadas as diretrizes que envolvem a história da Arte no contexto educacional brasileiro, com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pois são estes os princípios básicos da educação que asseguram a Arte como disciplina.

Como metodologia, utilizou-se pesquisa bibliográfica, com base em livros de autores voltados ao ensino da Arte (Barbosa, Richter, Rizzi, Lampert, entre outros) e legislações pertinentes ao tema (Legislação, LDB, PNCs).

A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL

Para adentrar na história da Arte, primeiramente há de falar um pouco sobre Ana Mae Barbosa, por ser ela, a principal referência no Brasil para o ensino da Arte nas escolas e, a pioneira em Arte-educação. Foi a primeira brasileira com doutorado em Arte-educação, defendido em 1977, na Universidade de Boston, pelo departamento de Educação Humanística (*Humanistic Education*) e, a primeira a sistematizar o ensino de Arte em museus, quando dirigiu o Museu de Arte Contemporânea (MAC) da Universidade de São Paulo. A partir de então, sua vida gira em torno do ensino da Arte nas escolas (Barbosa, 1989).

Em 1987, influenciada por Paulo Freire, Ana Mae desenvolveu a Abordagem Triangular para o ensino de Arte e, com apoio na referida proposta, lançou o primeiro programa educativo sobre Arte à frente do MAC-USP. Esta Abordagem tem influência das *Escuelas Al Aire Libre* mexicanas, do *Critical Studies* inglês e do *Discipline-Based Arts Education* (DBAE) americano. Ainda na contemporaneidade, Ana Mae continua sendo a base da maioria dos programas em Arte-educação no Brasil, principalmente após ter sido referência nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Arte dos ensinos fundamental e médio brasileiros.

Conhecer o passado é o primeiro passo para ter o entendimento do presente. Por isso, a passagem do ensino da Arte neste artigo será apresentada com base nos pressupostos de Ana Mae, onde a autora expressa que é necessário ter a consciência da importância do passado para que os conhecimentos formem a referência no presente.

Voltando ao período que compreende entre 1549 a 1963, a trajetória da Arte-educação no Brasil é destacada por alguns pontos, quais sejam: 1549-1808: caracterizado pelo ensino em oficinas de artesãos; 1808-1870: o Barroco brasileiro é substituído pelo Neoclassicismo, dominava o retrato e a cópia de estampas e, a atividade artística ainda não era incluída nas escolas públicas; 1870-1901: propaganda acentuada sobre o ensino do desenho como a matéria mais importante do currículo da escola primária e secundária; 1901-1927: influência da pedagogia experimental, onde a criança começa a se expressar através do desenho, procurando seus próprios modelos a partir de sua imaginação; 1927-1935: repercussão à Semana de Arte Moderna na Educação Artística através de artigos e atividades e a renovação na Escola Nacional de Belas-Artes; 1935-1948: ocorre a primeira tentativa de estudar a Arte da criança, porém, com redução no interesse do ensino da Arte nas salas de aula; 1948-1958: criadas escolas de Arte, tendo uma supervalorização da Arte como livre-expressão e aceitação na educação como atividade extracurricular e até extraescolar; 1958-1963: desenvolvimento de atitude voltada à experimentação em Arte nas escolas comuns através da homologação da Lei Federal, tendo como influência, Paulo Freire nas concepções sobre educação (Barbosa, 2012a).

A breve exposição desse período é importante para se entender como foi e continua sendo difícil à aceitação do ensino da Arte no contexto escolar. Desde 1948, movimentos tentavam disseminar a Arte como forma de expressão, onde a criança e/ou adolescente poderia expor sua criatividade de forma livre e espontânea. Segundo relatos de Ana Mae, somente em 1971, o “Movimento Escolinha de Arte” passou a ser difundido em todo país, onde 32 escolas, na maioria particulares, ofereciam “cursos de artes para crianças e adolescentes e cursos de arte-educação para professores e artistas” (Barbosa, 1989, p. 170).

Reforça-se que até os anos 70, não havia curso de Arte-educação para professores nas universidades, somente cursos básicos para preparação de professores de desenho geométrico. Porém, com a promulgação da Lei Federal Lei nº 5.692/1971 (Diretrizes e Bases da Educação), o Governo Federal tornou obrigatório o curso universitário aos professores de Educação Artística, ficando os professores de Arte preparados pelas Escolinhas desatualizados, precisando recorrer a novos cursos para continuar em sala de aula. A Arte neste período era a única matéria que poderia mostrar algum tipo de abertura nas relações humanas e também, ao trabalho criativo, pois a disciplina Filosofia e História haviam naquela época sido eliminadas do currículo escolar (Barbosa, 2015).

Em 1973 foi criado nas universidades cursos de Arte-educação para preparar os professores. O curso de Licenciatura em Educação Artística na universidade tinha o objetivo de preparar os professores de Arte em dois anos, dando habilitação para “lecionar música, teatro, artes visuais, desenho, dança e desenho geométrico, tudo ao mesmo tempo, da 1ª à 8ª séries e, em alguns casos, até o 2º grau” (Barbosa, 1989, p.171).

Esses cursos indicavam o desenvolvimento da criatividade como principal foco no ensino. As artes visuais eram representadas pela espontaneidade, auto liberação e originalidade, porém, não eram postas em prática em sala de aula. Acrescenta Ana Mae nesse sentido, que “são raros os currículos de segundo grau que incluem arte, havendo, conseqüentemente, pouco interesse na obtenção da licenciatura plena” (BARBOSA, 2015, p. 51-52). Contudo, em alguns estados, as escolas exigem somente Licenciatura Curta para lecionar o segundo grau.

Em 1975, nas artes visuais o que dominava ainda era o ensino de desenho geométrico, folhas para colorir, variação de técnicas e desenho de observação, procedimentos estes, com princípios ideológicos sem nenhuma evolução nas escolas. Nessa época, não era exigido nota em Arte porque a Arte-educação era analisada como uma atividade, não como uma disciplina. Em algumas escolas, buscando aproximar a arte com as demais disciplinas, os professores auxiliavam os alunos a fazerem uma auto avaliação de seu próprio desempenho nas aulas, analisando o seu comportamento e dedicação.

Em outros termos, o professor tinha que usar a imaginação para conseguir chamar atenção das crianças nas aulas de Arte, por vezes, conseguia levar os alunos a visitas e exposições, contudo, as obras de Arte não chamavam à atenção das crianças, pois elas não tinham a teoria destas obras para desenvolver o instituto da reflexão e/ou da criatividade nelas. Nas escolas particulares, não era diferente o ensino da Arte, visto que a imagem não era utilizada nas aulas. Os professores ensinavam Arte sem oferecer a possibilidade de ver, imagina como isso poderia estimular a criança a “gostar” de aprender Arte. Mesmo assim, a identificação do desenho com a escrita ultrapassou as barreiras do Modernismo, tornando-se “um argumento para vencer o preconceito contra a Arte” (Barbosa, 2012a, p. 36).

Nos anos 80, os arte-educadores na Semana de Arte e Ensino, enfatizaram os problemas preestabelecidos quanto ao isolamento do ensino da Arte nas escolas; a política educacional para arte-educação; a ação cultural do arte-educador no contexto brasileiro; e, a educação de arte-educadores. Este evento teve o intuito de reunir o maior número de arte-educadores do país para requerer direitos quanto ao ensino da arte.

Com a necessidade de se trabalhar a criatividade nas aulas de Arte e buscando melhores condições para o ensino de Arte, em março de 1982, foi criada a primeira associação estadual, a Associação de Arte-Educadores de São Paulo (AESP), seguida por outras várias associações no decorrer, tais sejam: Associação de Arte-Educadores do Nordeste (ANARTE), Associação de Arte-Educadores do Rio Grande do Sul (AGA), Associação de Profissionais em Arte-Educação do Paraná (APAEP), entre outras. Essas associações têm a oportunidade de negociar com as Secretarias da Educação e Cultura, o Ministério da Cultura, legisladores e líderes políticos o ensino de arte. A maior preocupação dessas associações era “a politização dos arte-educadores preparando-os para repelir a manipulação governamental sobre os arte-educadores”

(Barbosa, 1989, p. 174).

Mesmo o governo apoiando a Arte-educação, após 1983 “mais de 50% dos professores primários (1^a a 4^a séries) estudaram apenas até a 4^a séries. Eles não têm nenhum preparo, mas, lecionam todas as matérias incluindo arte” (Barbosa, 1989, p.177). Conseqüentemente, os resultados não eram bons, pois os professores não utilizam livros adequados para o ensino da Arte, cultivavam a ideia de que ensinar Arte era dar folhas para os alunos colorir nas principais comemorações e, assim por diante.

Ana Mae, insatisfeita com os resultados e pensamentos retrógrados dos educadores, em 1987 começa um programa de Arte-educação no Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP, abordando a história da Arte e leitura de obras de Arte, juntamente com o trabalho prático, utilizando uma metodologia própria, também chamada “Abordagem Triangular”, tendo como base, o conhecimento anterior do professor. O foco dessa proposta diferenciada era o fazer artístico, analisar as obras artísticas e a história da Arte, sempre com destaque na Arte como conhecimento que pode ser desenvolvido na escola.

A partir de então, as artes visuais passaram por um processo consciente de diferenciação cultural, pois a teoria social crítica passou a se tornar parte da educação e da Arte pós-moderna, alimentando as expectativas sociais, bem como, da representação cultural da Arte. Na cultura brasileira, “a renovação da arte visual ocorreu como decorrência da evolução literária, representando muitas vezes, uma ilustração visual da literatura” (Barbosa, 2012a, p. 29).

Lampert (2010), em artigo publicado no livro de Ana Mae, intitulado “Abordagem Triangular” ressalta que, o MAC-USP tornou-se um pioneiro nas referências sobre assuntos envolvendo as diferentes culturas, o diálogo sobre aprendizado e, nas ações educativas, pois viabilizavam acesso das classes sociais à cultura, fundamentando assim, uma política pluricultural aberta a todos.

Ainda reportando-se ao ano de 1987, a Federação dos Arte-Educadores do Brasil (FAEB) foi criada devido “a necessidade de representação das diversas associações estaduais e regionais de arte-educadores em uma federação, que tivesse voz a nível nacional” (Richter, 2014, p. 325). Ao longo da sua existência, a FAEB lutou pela obrigatoriedade da Arte educação e à cultura para todos os cidadãos brasileiros. A partir de então, o fortalecimento e valorização do ensino da Arte passa a ter maior repercussão demonstrando sua real importância na interação social, incluindo a leitura da imagem, as práticas educativas em escolas, museus e, em espaços acadêmicos.

Trabalhar a leitura da imagem, segundo Ana Mae, “é construir uma metalinguagem da imagem. Isto não é falar sobre uma pintura, mas falar da pintura num outro discurso, às vezes silencioso, algumas vezes gráfico, e verbal somente na sua visibilidade primária” (Barbosa, 1989, p. 178). A intenção era mostrar a evolução das formas artísticas através dos tempos, buscando despertar nos docentes um novo olhar para Arte, pois a Arte faz parte do dia a dia de todo indivíduo.

Em 1988, no Congresso de Arte-educação dos Estados do Sul o tema “Arte” foi

proposto para demonstrar a real perspectiva do ensino de Arte, pois aos professores de Arte o assunto ainda não demonstrava-se claro, visto que identificam a Arte como “intuição ou emoção e, como resultado, eles pensam que ‘arte-educadores não precisam pensar’ e ‘arte é só fazer’, excluindo a possibilidade de observação e compreensão da arte” (Barbosa, 1989, p. 177).

A limitação dos professores regia-se pela falta do conhecimento da história da Arte. Certamente,

[...] apesar de ser um produto da fantasia e da imaginação, a arte não está separada da economia, política e dos padrões sociais que operam na sociedade. Ideias, emoções, linguagens diferem de tempos em tempos e de lugar para lugar e não existe visão desinfluciada e isolada (Barbosa, 1989, p. 178).

Nesse contexto, a história da Arte passou a ser estudada a partir de cada obra de Arte examinada pelos alunos, criando-se uma conexão entre outras obras já vistas. Foram necessários investimentos para atualizar os alunos com novas obras de Arte, dentre eles, máquinas de xerox para duplicar as obras.

Ana Mae para estimular a movimentação sobre a necessidade de iniciar os alunos na leitura de imagens e na história da Arte, segue com as palestras em todo Brasil. O Paraná (Curitiba) foi um dos primeiros Estados à aderir as palestras de Ana Mae, seguido de Santa Catarina (Florianópolis) e Distrito Federal (Brasília). As palestras eram voltadas aos professores de Arte, universitários e estudantes de cursos de Educação Artística nas universidades.

No decorrer, a atuação dos Arte-educadores tornava-se mais ativa e consciente, entretanto, a formação sobre Arte-educação e de Arte continuava fraca e superficial. As universidades preocupadas tentam reforçar o conhecimento dos professores com novos cursos, curtos e intensivos, normalmente com 10 horas diárias, preparados por professores e artistas. O intuito desses cursos era intermediar a Arte entre professor e aluno, onde “a ideia é que arte-educação esclarecida pode preparar os seres humanos, que são capazes de desenvolver sensibilidade e criatividade através da compreensão da arte durante suas vidas inteiras” (Barbosa, 1989, p. 176).

A partir de 1990, as reflexões e o ensino da Arte avançaram. Novas abordagens de ensino e aprendizagem de Arte nas escolas foram ganhando espaço, objetivando a construção do conhecimento, da percepção, da imaginação e da capacidade crítica não somente do aluno, como também, professor.

Para dar continuidade aos movimentos, a Federação dos Arte-Educadores do Brasil (FAEB), em 1991, organizou um grupo de estudos para continuar discutindo os aspectos conceituais do ensino da Arte. O primeiro encontro ocorreu em 1992, no V Congresso da FAEB, em Belém do Pará, onde propôs-se o Fórum Nacional de Estudos pela Reformulação do Ensino Superior das Artes. Outros congressos continuaram com a luta pelo reconhecimento do ensino da Arte, distribuídos em várias regiões do país e, paralelamente, desenvolvidos cursos de pós-graduação e publicações pertinentes

ao tema.

Entre 1993 e 2007, foram realizados vários congressos pela FAEB, onde os Arte-educadores com maior tempo de carreira tinham a oportunidade de transmitir suas vivências com os iniciantes. O principal objetivo era promover o conhecimento e discussões envolvendo o ensino da Arte (Richter, 2014).

Temáticas e discussões sobre o ensino da Arte perduram até a atualidade. E, a legislação, como amparo, se faz presente para assegurar a obrigatoriedade da Arte como disciplina no contexto escolar.

DIRETRIZES QUE ENVOLVEM A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL

Conforme já exposto, a Arte no Brasil tem uma longa trajetória. Mas somente a partir da criação das Diretrizes e Bases da Educação, o Ensino da Arte passou a ser obrigatório nas escolas (Brasil, 1997).

No início do séc. XX, as escolas primárias e secundárias eram contempladas em seus currículos as disciplinas de Desenho, Trabalhos manuais, Música e Canto Orfeônico. O destaque nesse período foi à inserção do canto nas aulas, “intentando não somente difundir a linguagem musical, mas também fortalecer princípios cívicos e regras de convivência social” (Souza; Souza, 2017, p. 405). O canto tem o poder de desenvolver a comunicação entre as pessoas, impulsionando ao prazer estético, a ritmos e movimentos, sendo, portanto, um condutor de atividade psíquica. E isso é Arte, é o impulso a algo desconhecido.

Entre os anos de 1930 e 1940, o compositor Heitor Villa Lobos, por meio de um projeto, almejava difundir a Linguagem Musical. E, nos anos 60, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61, instituiu a Educação Musical, em seus desdobramentos estabeleceu-se novas diretrizes para a política educacional reapresentando a proposta curricular. Com a Lei nº 5.692/1971, estabeleceu-se a inclusão da Arte no currículo escolar denominada “Educação Artística”, porém, ainda considerada como uma mera “atividade educativa” e não como disciplina (Brasil, 1971).

Neste período, embora a Arte fosse vista apenas como uma atividade educativa, os avanços foram consideráveis, principalmente na formação do indivíduo, passando a ocupar papel relevante na vida dos alunos. Contudo, no âmbito escolar, deixa a desejar, visto a falta de professores com formação específica em Arte.

Com a nova Constituição de 1988, a Arte teve um princípio de reconhecimento, onde está disposto a proteção de obras, liberdade de expressão e identidade. O art. 206, § 2º dispõe que “o ensino tomará lugar sobre os seguintes princípios [...] II – liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e disseminar pensamento, arte e conhecimento” (Brasil, 1988).

Mas, somente com a Lei nº 9.394/1996 (atualização da LDB de 1961), o ensino da Arte tornou-se obrigatório no Currículo Escolar em todos os níveis da Educação

Básica. A priorização da educação estabelecida por referida lei, reafirma e aumenta o dever do poder público com a educação em geral e, especificamente, com o Ensino Fundamental, isto é, reforça a necessidade de que todo cidadão brasileiro tenha direito a concluir a formação básica consolidado na base comum (Brasil, 1996).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) há também ressalva quanto a obrigatoriedade da disciplina de Arte, onde está disposto que “também são áreas curriculares obrigatórias o ensino da Arte e da Educação Física, necessariamente integradas à proposta pedagógica” (Brasil, 1997).

Nos PCNs está disposto que “a educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido as experiências das pessoas, por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação” (Brasil, 1997). Logo, são norteadores do ensino da Arte, tendo como objetivo, expandir a disciplina, estabelecendo conteúdos direcionados, linguagens e critérios avaliativos.

Buscando seu espaço, o ensino da Arte, em 2010, com a alteração da Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 12.287/2010 ganha maior obrigatoriedade, onde no artigo 26, § 2º, ficou expresso que:

Art. 26. [...]§ 2º. *O ensino da arte*, especialmente em suas expressões regionais, constituirá *componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica*, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (Brasil, 2010) (grifo nosso)

Há complemento deste entendimento nos PCNs, onde está claro que o aluno deve desenvolver sua “cultura de arte fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recortar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar” (Brasil, 1997). Nesse sentido, o ensino da Arte tem o poder de incentivar e divulgar a cultura popular, evitando assim, a perda das tradições culturais tão necessárias na formação da identidade dos indivíduos.

Ana Mae, por ser a defensora do ensino da Arte nas escolas, ressalta que os PCNs no Brasil não apresentam os resultados à disciplina de Arte conforme deveria, e assim explica:

[...] nem a mera obrigatoriedade nem o reconhecimento da necessidade são suficientes para garantir a existência da Arte o currículo. Leis tão pouco garantem um ensino/aprendizagem que torne os estudantes aptos para aprender a Arte ou a imagem na condição pós-moderna contemporânea (Barbosa, 2012b, p. 14).

Tal problemática volta-se à preocupação com o conhecimento dos professores para ensinar Arte. O poder público reserva lugar à Arte no currículo e como é ensinada, porém, não oferecem oportunidade aos professores para desenvolverem a capacidade de compreender a Arte, como consequência, professores e alunos sem conhecer efetivamente os prazeres da Arte, não há como ser esta restauradora.

No âmbito jurídico, embora passados 20 anos, a luta para ampliar o conceito do ensino da Arte nas escolas continua, tanto que, em 2016, foi publicada a Lei nº 13.278/2016, objetivando incluir as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. Referida lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº 9.394/1996), estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no ensino infantil, fundamental e médio.

Em 2017, a LDBEN sofre alterações no ensino médio. Após a Lei nº 13.415, de 2017, houve mais mudanças no ensino da Arte, dispondo no Capítulo II – Educação Básica, artigo 26, § 2º o seguinte: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá **componente curricular obrigatório da educação básica** (Brasil, 2017, grifos nossos).

Para lembrar, na redação da Lei nº 12.287/2010 dispunha além do disposto na atualização da lei, que o ensino da Arte era um “componente **curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica**, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (Brasil, 2010, grifos nossos). A partir desta nova lei, houve significativa mudança, visto ser obrigatório o ensino da Arte na educação básica, portanto, o ensino médio também se adequa a tal lei.

Isto posto, mesmo que o ensino da Arte esteja inserido na legislação vigente, a falta de reconhecimento é percebido até mesmo no ambiente escolar, pois muitas vezes é discriminada pelos próprios colegas de profissão. Embora os PCNs reconheçam a disciplina da Arte, é importante mostrar a Arte com a mesma relevância das outras disciplinas, até mesmo, para estimular os professores a buscar aperfeiçoamentos e especializações, proporcionando assim, um ensino com melhor qualidade aos seus alunos. Isto posto, a Arte como disciplina é de suma relevância no contexto escolar.

A ARTE COMO DISCIPLINA

Refletir sobre a Arte como disciplina não é tarefa fácil, visto que o ensino da Arte ainda que na contemporaneidade, não é valorizado no contexto escolar. Desde os anos 80 essa luta é recorrente, onde professores da área de Educação Artística já buscavam justificar a importância da Arte como disciplina.

Nessa época, a Arte só tinha o devido reconhecimento pelos artistas e educadores da área, pois conseguiam analisar seu papel no desenvolvimento da criatividade, da expressão das emoções, das habilidades e reflexões. Esse grupo de pessoas entendiam a Arte como sendo um produto cultural que intermediava o indivíduo e o gênero humano. O professor nesse caso, tornava-se um mediador, pois ensinava o complexo sistema teórico e histórico através do psicológico, utilizando a Arte como ferramenta para promover o desenvolvimento da personalidade dos alunos.

As primeiras grandes transformações ocorreram nas décadas de 80 e 90, no

período em que surge a Abordagem Triangular, criada em 1960, por professores de Arte, na Inglaterra e Estados Unidos, sendo adaptada por Ana Mae Barbosa no Brasil, em 1987.

Com o passar das décadas, a Arte foi ganhando espaço através do seu poder de ampliar as capacidades tanto do professor quanto do aluno para além dos limites impostos pela natureza. Por isso, a Arte pode ser entendida como “um instrumento cultural mediador entre o indivíduo e o gênero humano. A função desse instrumento é reproduzir no indivíduo características humanas conquistadas por meio do trabalho ao longo da história” (Barroco; Superti, 2014, p. 26). Assim sendo, a Arte enriquece o repertório das aulas, mostrando uma nova visão de mundo e humanidade.

Embora a Arte, esteja de fato reintegrada ao currículo como disciplina através de leis que a amparam, ainda na atualidade continua enfrentando problemas para ser efetiva de fato nas escolas. Souza e Souza (2017, p. 405), enfatizam que “apesar do avanço das leis, a escola e o sistema educativo atual têm enfrentado desafios que transcendem a dimensão estrutural do currículo e a dinâmica das metodologias de ensino”.

Entretanto, é evidente que o ensino da Arte na escola é necessário, pois através da Arte o indivíduo tem a oportunidade de interagir com o mundo que o cerca de forma criativa, crítica e reflexiva. A vivência com a Arte oferece ao aluno condições para desenvolver saberes voltados ao pensar e ao fazer Arte.

O diferencial da disciplina de Arte é que ela não é apenas uma disciplina dentro do currículo da educação básica, seu comprometimento vai além de transmitir conteúdos previstos no plano de trabalho docente, pois procura no aluno, despertar a curiosidade para desenvolver sua criatividade e emoção. Assim sendo, é fundamental que a prática no contexto escolar seja voltada à compreensão do histórico da educação da Arte, pois a Arte possibilita que o acesso à produção artística seja alcançado.

O esforço pelo reconhecimento do ensino da Arte, segundo Ana Mae, não é somente para enriquecer o conhecimento, mas “para reconstruir a educação elementar através da introdução de atividades construtivas e produtivas, não mais como supérfluas, mas como fundamentais” (Barbosa, 2015, p. 32). Na medida em que a educação começa a trabalhar o sujeito concreto a partir das relações sociais, é necessário o entendimento de que a escola é o instrumento de acesso e democratização do saber. Assim sendo, reforça-se a importância de trabalhar os conteúdos de Arte nas escolas para construção da reflexão homem *versus* mundo.

O conhecimento da disciplina de Arte requer consciência e reflexão, pois é “importante por si mesma e não por ser instrumento para fins de outra natureza. Por ser uma experiência que permite a integração da experiência singular e isolada de cada ser humano com a experiência da humanidade” (Rizzi, 2012, p. 71).

Mesmo com os percalços observados no decorrer desta pesquisa, a Arte nos dias atuais vem ganhando espaço, seja através da música, da dança, dos filmes e, também, no contexto escolar. As práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula torna-

se o ponto onde o saber reflete conhecimento, por isso, a fundamentação histórica torna-se de suma relevância nas transformações do cotidiano de cada aluno.

Por consequência, a educação da Arte observada como um processo transformativo no âmbito social, volta-se ao desenvolvimento humano onde o docente assume a meta de ensinar e, ensinar Arte é superar-se a si próprio, ou seja, ensinar e aprender desperta a consciência na formação humana, onde o aluno encontra condições para desenvolver sua expressão construída a partir do conhecimento em Arte.

Logo, a disciplina de Arte sendo reconhecida faz toda diferença no desenvolvimento do aluno como pessoa, visto que a Arte desperta através da emoção, reflexão e do pensamento, a revelação do homem e de sua capacidade de criar.

CONCLUSÃO

Ao analisar a trajetória do ensino da Arte no Brasil verificou-se que no longo do processo histórico muitos foram os percalços para conseguir o reconhecimento do ensino da Arte e, tudo o que foi conquistado até a atualidade é resultado de muita luta por tentar mostrar a verdadeira importância da Arte na educação.

A análise da legislação permitiu evidenciar de que forma e em que circunstâncias históricas o ensino da Arte no Brasil passou a ter importância como componente curricular obrigatório na educação básica. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, o suporte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, houve a obrigatoriedade da Arte como disciplina, mas a efetiva aplicação da lei foi e continua sendo um desafio a ser enfrentado no campo do ensino da Arte.

Atualmente, a disciplina de Arte devido ao seu caráter social vem despertando questões relevantes ao tema, pois a partir do ensino de Arte o aluno passa a ter contato com as múltiplas formas de manifestação artística, ou seja, consegue projetar a Arte nos mais variados sentidos, ampliando assim, as possibilidades para sua vida.

A partir desses entendimentos, espera-se que a Arte possa ser interpretada sob uma óptica de conquista, onde a cultura, a educação e a sociedade como um todo, despertem para a potencialidade de expansão que a Arte desperta no ser humano. Essa luta é para que se criem condições para os alunos estimulem a perseverança, a persistência nas tarefas difíceis, o querer aprender, o gostar de aprender, enfim, desfrutar o mundo de forma criativa e reflexiva, tornando-os homens de bem, capazes de perceber de maneira mais clara a realidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. Tradução de Sofia Fan. Estudos Avançados, São Paulo, v. 3, n. 7, set./dez. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300010> Acesso em: 15 ago. 2019.

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2012a.

BARBOSA, Ana Mae. As mutações do conceito e da prática. In: _____. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2012b. Cap. 1. p. 13-27.

BARBOSA, Ana Mae. *John Dewey e o ensino da arte no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROCO, S Sonia Mari Shima; SUPERTI, Tatiane. Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 22-31, 2014.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Presidência da República do Brasil, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base*. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, DF, Presidência da República do Brasil, 1971.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, Presidência da República do Brasil, 1996.

BRASIL. *Lei nº 12.287*, de 13 de julho de 2010. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. Brasília, DF, Presidência da República do Brasil, 2010.

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, Presidência da República do Brasil, 2017.

BRASIL. *PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais*. Apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LAMPERT, Jocielle. Deambulações sobre a contemporaneidade e o ensino das artes visuais e da cultura visual. In: BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira da. (Orgs.). *A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais*. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 10. p. 443-453.

RICHTER, Ivone Mendes. Histórico da FAEB: uma perspectiva pessoal. In: BARBOSA, Ana Mae. *Ensino da arte: memória e história*. São Paulo: Perspectiva, 2014. Cap. 13. p. 323-348.

RIZZI, Maria Cristina de Souza. Caminhos metodológicos. In: BARBOSA, Ana Mae. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 5. p. 69-77.

SOUZA, Maria Janaina Piedade; SOUZA, Nadia Aparecida de. Dificuldades para o ensino de artes: o que dizem os professores. In: *XVII SEDU – Semana da Educação UEL*, p. 397-408, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Artes 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 15, 16, 26, 46, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 104, 109, 110, 128, 136, 152, 159, 164, 179

B

Boi Bumbá 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 127

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 28, 29, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 66, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 115, 120, 140, 155, 164, 166, 169, 170, 171, 179, 191, 192

C

Conto 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Cultura 5, 16, 21, 38, 41, 47, 48, 49, 64, 66, 67, 68, 70, 94, 95, 98, 101, 102, 115, 118, 119, 126, 147, 148, 149, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 177, 192

D

Dança 93, 99, 100, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 139, 142, 147, 148, 149, 156

Discurso 5, 7, 8, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 67, 74, 83, 95, 152, 154, 159, 160, 166

E

Ensino da arte 91, 92, 94, 98, 99, 102

Escrita de si 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90

Estágio 17, 19, 103

F

Filme 66, 67, 76, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171

G

Gramática 1, 2, 3, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 41, 46, 47, 50, 52, 53, 57

H

Historiografia 1, 2, 3, 15, 16, 152, 159

I

Iconicidade 128, 133, 134, 135, 136

Igualdade 161, 163, 167, 170

Indicialidade 128, 133, 134, 136

Indígena 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 120, 122, 124, 125, 126

Interpretação 30, 33, 34, 51, 52, 56, 57, 62, 154, 158, 159, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 190

L

Letramento 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 90

Letras 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 26, 36, 40, 64, 80, 90, 103, 119, 120, 150, 161, 172, 191, 192

Língua estrangeira 51, 52, 53

Língua portuguesa 17, 18, 19, 20, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 50, 64, 66, 67, 71, 140, 141, 147, 149, 183, 184, 191, 192

Linguística 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 14, 15, 16, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 34, 39, 43, 46, 48, 64, 118, 127, 130, 135, 138, 153, 192

Literatura 8, 16, 35, 38, 42, 48, 49, 52, 75, 83, 88, 90, 95, 162, 163, 164, 171, 192

M

Memórias 82, 84, 104, 140, 142, 151, 153, 159

Meta-História 151, 159, 160

Movimento 5, 67, 78, 85, 91, 93, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 162, 163, 164

Música 19, 20, 21, 51, 52, 55, 56, 61, 67, 93, 97, 99, 100, 116, 119, 120, 122, 124, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 144, 146

N

Negro 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171

P

Processo de aprendizagem 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 174, 177, 178

Psicopedagogia 173, 174, 175, 176, 178, 179

R

Resolução de problemas 180, 181, 182, 190, 191

T

Texto 2, 3, 5, 7, 9, 27, 29, 31, 32, 34, 40, 45, 47, 57, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 83, 130, 138, 151, 153, 154, 159, 184, 185, 186, 188, 190

Toadas 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 126, 127

Tupi 8, 13, 14, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 124, 125, 126
Tupinologia 37, 40, 41, 42, 49

 **Atena**
Editora

2 0 2 0